



**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA EXPOSIÇÃO E EXPLICAÇÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS COM BASE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2025, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE EM 26/02/2026.**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas e trinta minutos, nas dependências da Câmara Municipal local, deu-se início à **Audiência Pública para Exposição e Explicação sobre o Cumprimento das Metas Fiscais com Base na Execução Orçamentária até o 3º Quadrimestre de 2025**. Estavam presentes na audiência o vereador Silvio Gabriel Freitas, presidente da Comissão, o vereador Valmir Lucinei Giacomazzi, vice-presidente da Comissão, e o vereador Lauro Paladini Neto, secretário da Comissão. Estavam presentes também os senhores: Francisco Pedro Dalboni, chefe do Departamento de Contabilidade, e Mauro Ferreira Adorno Filho, secretário de Finanças, ambos representantes do Poder Executivo Municipal. Aberta a audiência pelo presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal, vereador Silvio Gabriel Freitas, foi dada a palavra ao senhor Mauro Ferreira Adorno Filho, secretário de Finanças da Prefeitura, o qual explicou que a presente reunião tem por finalidade demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais fixadas na L.D.O. para o terceiro quadrimestre de 2025, em cumprimento ao disposto no § 4º, do Artigo 9º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que determina ao Poder Executivo a realização dessa Audiência Pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, bem como fez a leitura de um documento preparado pelo Poder Executivo, e distribuído aos presentes, no qual consta que: a Receita arrecadada até o terceiro quadrimestre de 2025 foi de R\$ 266.929.000,00 (Duzentos e sessenta e seis milhões, novecentos e vinte e nove mil reais), representando 101,88% do montante previsto; a Receita não Financeira foi de R\$ 261.280.000,00 (Duzentos e sessenta e um milhões, duzentos e oitenta mil reais), representando 100,96% do montante previsto; as Despesas atingiram o montante de R\$ 265.130.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco milhões, cento e trinta mil reais), representando 101,19% do montante previsto; as Despesas não Financeiras atingiram o montante de R\$ 263.729.000,00 (Duzentos e sessenta e três milhões, setecentos e vinte nove mil reais), representando 101,05% do montante previsto;



O Resultado Primário atingiu o montante de R\$ 2.449.000,00 (Dois milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil reais) negativos, representando 111,17% do resultado previsto; o Resultado Nominal atingiu a importância de R\$ 1.851.000,00 (Um milhão, oitocentos e cinquenta e um mil reais), representando 46,47% do resultado previsto; a Dívida Pública Consolidada foi apurada no valor de R\$ 6.133.000,00 (Seis milhões, cento e trinta e três mil reais), representando 85,07% do montante previsto; a Dívida Consolidada Líquida atingiu o montante de R\$ 32.922.000,00 (Trinta e dois milhões, novecentos e vinte e dois mil reais) negativos, representando 134,39% do montante previsto; e, as Aplicações Constitucionais atingiram os seguintes percentuais: Ensino = 35,26%, Saúde = 20,70%, Pessoal = 45,15%. Encerrada a leitura, fizeram uso da palavra os membros da Comissão, vereador Valmir Lucinei Giacomazzi e Silvio Gabriel Freitas; e o vereador Leandro Rogério Amici, presente na audiência. Aberta a palavra aos cidadãos presentes e que acompanhavam pela internet, ninguém fez questionamentos. Ninguém mais querendo fazer uso da palavra e, nada mais havendo, às dezenove horas e um minuto encerrou-se a audiência. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim, vereador Lauro Paladini Neto, secretário da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, que a digitei, e pelos demais membros da Comissão presentes. Seguem também em anexo as notas taquigráficas da audiência. Segue ainda o link com a gravação audiovisual da sessão: <https://www.youtube.com/watch?v=oZpuugcy03k>, a qual fica fazendo parte integrante da ata.

**SILVIO GABRIEL FREITAS**  
**PRESIDENTE**

**VALMIR LUCINEI GIACOMAZZI**  
**VICE-PRESIDENTE**

**LAURO PALADINI NETO**  
**SECRETÁRIO**



**NOTAS TAQUIGRÁFICAS – AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO FINANÇAS E CONTABILIDADE REFERENTE À AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2025 - 26/02/2026**

**VICE-PRESIDENTE VALMIR LUCINEI GIACOMAZZI:** Bom, queria parabenizar, né, pelo trabalho do Mauro e do Kiko, né, sempre prudentes, conta bem equilibrada, né, que a gente vê. Isso aí só reflete numa gestão deles, né? Eu não tenho perguntas não, senhor Presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE SILVIO GABRIEL FREITAS:** Eu também gostaria de parabenizar a equipe toda do Mauro, que trabalha sempre de uma forma muito esmerada, apresentando sempre um trabalho de muita qualidade. Meus parabéns.

**VEREADOR LEANDRO ROGÉRIO AMICI:** Boa noite, cara Mesa, servidores da Casa, Kiko e Mauro, bem-vindos, né? Também quero parabenizar pelo trabalho, que eu sei que é um trabalho muito difícil de equilibrar essas contas aí num ano muito atípico, né? E minha pergunta é relacionada não só ao ano passado, mas também a prospecção desse ano, porque a audiência compreende tudo isso. A gente tem um panorama aqui do último quadrimestre, mas minhas preocupações estão muito mais voltadas a 2026, porque esse daqui é um contínuo. Então, a gente tem lá um uma dívida consolidada líquida negativa, mas você vai caminhando, você terminou dezembro, mas já começou janeiro, né? Tá toda essa, esse mesmo inteirinho aí. O que me preocupa nesse momento especificamente é que a gente teve um aumento considerável dos valores patronais. Já era previsto, né? Mas em relação ao INSS é um aumento de 4% nesse ano. Além disso, com o processo de descongelamento trazido pela lei federal, nós tivemos um impacto substancial na folha de pagamento, uma vez que grande parte dos servidores no ano de 2025 perfariam direito a quinquênio e sexta parte, um grande volume em outros anos. Eu sei que isso vai impactar de fato a folha de pagamento, assim como novas contratações que virão por meio desse concurso. Vocês, se não tiverem também não tem problema porque é uma questão que não fiz previamente, mas vocês têm uma previsão de impacto orçamentário dessas ações já ou ainda não?

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS MAURO FERREIRA ADORNO FILHO:** Vamos lá. Sobre o aumento da questão do INSS, isso já foi previsto, isso a gente já obviamente já tinha essa informação bem antes, então já foi previsto para o orçamento desse ano. Só com esse aumento da alíquota, o impacto deve pular de 45 para 47%. Então, essa já é uma alta considerável e isso até tem brecado algumas ações de contratações. A gente tá sendo muito prudente nessa questão porque obviamente que estourar o índice prudencial vai bloquear todas as ações posteriores. Então a gente tem essa preocupação sim. Sobre essa questão do pagamento de quinquênios e essas outras questões que foram descongeladas, a gente já tem um impacto financeiro. Mas é um impacto que não tem essa previsão orçamentária para pagamento. Então, qual ação vai ser feita ainda a gente não sabe.



**VEREADOR LEANDRO ROGÉRIO AMICI:** Porque, assim, a minha dúvida principal, né, porque a gente fechou positivo, então, né? Até o Robson veio pontuar aqui que aquele negativo é positivo. Quer dizer que você tem uma dívida negativa, né? Então quer dizer que tá positivado de alguma maneira. Mas o que me preocupa porque assim, a gente tem um limite de alerta que é de 48,6%. 51,3% já é o limite prudencial na verdade, né? E quando chega nesse limite prudencial, né, para população em geral entender, porque a audiência é para essa finalidade mesmo, nós temos já impedimentos de contratações, de estabelecimento de convênios e uma série de fatores. Esse ano eleitoral já é um ano atípico que a partir do início do período eleitoral começa uma série de proibições em relação a contratações. Então, e nós temos licenças que acontecem, que são assim baixas, que a gente tem temporárias que já são previstas, né? Você já imagina alguém ficar doente ou um funcionário sair, exonerar, isso acontece normalmente. E nós chegamos a um limite de 51,3 porque eu queria saber desse impacto que imaginava que vocês já teriam de 4% sobre o valor patronal, né, que é o valor pago ao INSS, que o ano que vem vai para 20%, se eu muito me engano, né? Então, esse impacto de 4% refletiu aí em 2% do valor final. Só que o impacto desses 4% é só sobre o valor patronal, não é sobre todo o vencimento desse funcionário. Já o aumento dos quinquênios é sobre a totalidade dos seus vencimentos. Então isso é muito preocupante porque o impacto vai ser ainda maior. Eu digo porque minha maior preocupação neste momento, né, e acho que isso tem que ficar claro pra população também, que nós temos um limite de gastos com folha de pagamento, que é 54%. Mas 54% é um limite que é o limite do limite. A partir de 51,3 a gente já tem uma série de proibições e impedimentos que inviabilizam grande parte do serviço público, né? E a minha preocupação é a... porque a gente não tem perspectiva de aumento exponencial de uma hora para outra da receita, correto? Num ano político, menos ainda. É um ano que o recebimento de emendas vai ser mais dificultado e de outros repasses ainda mais dificultado. Mas eu assim aceito a sua resposta parcial mesmo porque acredito que a gente precisa de março e abril para ter uma noção um pouco mais clara. E nesse aspecto também, eu sei que isso vai ser divulgado, prefeito pretende, não sei o que foi decidido ainda por vocês, de um reajuste baseado próximo à inflação. Não sei se foi acertado, se está consolidado isso.

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS MAURO FERREIRA ADORNO FILHO:** Sobre a questão de reajuste a gente já tem, eu vou deixar pro prefeito fazer, não vou fazer aqui a antecipação, mas já foi conversado sobre isso, já foi feito todos esses cálculos. Essa questão da lei do descongelamento, existe algumas flexibilidades, por isso até que a gente não tomou toda a decisão agora. Isso também é uma decisão que vai caber ao Executivo lá, ao prefeito e até mesmo consulta ao jurídico. Por isso que a gente ainda não tem um plano de ação pronto.

**VEREADOR LEANDRO ROGÉRIO AMICI:** Eu penso porque assim, tem uma parte da lei que ela é extremamente flexível, que é a parte do pagamento do



retroativo. Isso não é uma coisa que me preocupa, porque lá a legislação é muito clara, tem que ter previsão orçamentária e condições jurídicas favoráveis pro pagamento retroativo. Perfeito. A questão é que em 31 de janeiro todos os quinquênios e sextas partes já foram pagos porque o descongelamento era imediato do que estaria, que seria futuro, né? Não o pregresso, mas o futuro. Então, esse impacto que ainda não foi estimado, porque foi um mês de pagamento apenas, janeiro e agora vai ser fevereiro, a gente vai ter uma média em final de março, abril, quando tiver um possível reajuste, por menor que ele seja, eu acho temerosa já essa perspectiva, entendeu?

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS MAURO FERREIRA ADORNO**

**FILHO:** O Kiko que pode falar melhor. O grande problema nosso é o que ficou congelado, realmente, né? O problema nosso é o que ficou congelado.

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DA PREFEITURA**

**FRANCISCO PEDRO DALBONI:** O que ficou para trás ali que vai ter que acertar.

**VEREADOR LEANDRO ROGÉRIO AMICI:** Não, mas eu digo assim, o que ficou para trás eu também não, eu assim, sinceramente, não é uma preocupação que eu tenho, tá? Desculpa, pode falar mais perto. Não é uma preocupação que eu tenha mesmo, porque quanto a isso, eu sei que nós não somos obrigados a fazê-lo sem condições orçamentárias. Então, eu não posso sacrificar o limite que existe gasto para fazer uma concessão como essa, correto? Vão ter que ser tomadas decisões de diversas ordens relacionadas a precatórios e tudo mais para ver o que vai ser feito. Todavia, a minha preocupação é essa, porque se eu tenho 4% de aumento no valor patronal e esse já teve um impacto substancial, eu tenho aí, não sei, mas um cálculo médio de 40% pelo menos do funcionalismo que teve um aumento de 5%.

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DA PREFEITURA**

**FRANCISCO PEDRO DALBONI:** Esses 4% já tá incorporado no orçamento, na previsão orçamentária, né? Eu digo assim porque aumentou a despesa de pessoal, mas vai aumentar a receita também, tá? Então, há o equilíbrio, né? Agora, esse dos quinquênios e tal, esse realmente não tava previsto. Foi aprovado acho que nos últimos dias do ano.

**VEREADOR LEANDRO ROGÉRIO AMICI:** É 6 de janeiro, na verdade começou.

Mas na verdade a questão que eu digo para você não é da previsão orçamentária só, é porque independente da previsão orçamentária, eu penso no limite do teto de gastos. É essa a preocupação, porque mesmo planejado, que é a questão do dos 4% do valor patronal, ele mesmo planejado impacta a folha e foi a 47% mais ou menos. Eu penso que o valor vai ser muito mais substancial desses 5%. Eu não sei precisar, por isso que eu tô questionando, porque se vocês têm essa estimativa de janeiro e fevereiro, né, a gente tem, consegue imaginar qual é esse impacto, mas como não tem, então vamos deixar... E daí tem um aumento e daí também tem o reajuste, entendeu?



**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DA PREFEITURA FRANCISCO PEDRO DALBONI:** Isso foi considerado no orçamento já para esse ano. Isso não é preocupante porque já tá considerado.

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS MAURO FERREIRA ADORNO FILHO:** A folha de janeiro, ela não reflete o que vai ser o ano, até porque a Educação, que é a maior parte já, a gente já pagou férias em dezembro, então a gente vai ter uma clara noção a partir de março do tamanho realmente desse impacto.

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DA PREFEITURA FRANCISCO PEDRO DALBONI:** O mês de janeiro não dá para ter como referência para você fazer uma previsão pro ano todo, né?

**VEREADOR LEANDRO ROGÉRIO AMICI:** Perfeito. E um outro ponto aqui para mim, só para esclarecimento, esses percentuais que estão apresentados são relativos apenas aplicação do terceiro quadrimestre, não é?

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DA PREFEITURA FRANCISCO PEDRO DALBONI:** Até o terceiro quadrimestre.

**VEREADOR LEANDRO ROGÉRIO AMICI:** Então é uma estimativa anual?

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS MAURO FERREIRA ADORNO FILHO:** Aqui não é estimativo, né? Aqui já é o realizado.

**VEREADOR LEANDRO ROGÉRIO AMICI:** Os percentuais são desse período, de janeiro a dezembro?

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DA PREFEITURA FRANCISCO PEDRO DALBONI:** Realizados.

**VEREADOR LEANDRO ROGÉRIO AMICI:** É, realizados. Não, porque digo assim, que os percentuais são bem substanciais, né? Porque se tem aqui 25% de investimento constitucional mínimo pra Educação, a gente aplicou 10% a mais por todos aqueles fatores que a gente já viu nas outras audiências. Em relação à saúde, nós tínhamos percentualmente de 15% e fomos aí trabalhamos com 5.7 a mais dentro desse orçamento. Mas esse é o ponto. Acho que lá em abril, quando nós tivermos a próxima, maio, né, a próxima audiência, a gente consegue ter um panorama mais claro em relação a esses fatores específicos. Mas tá certo. Um outro questionamento para deixar, para encerrar aqui, em relação à tributação, ela tá diretamente ligada a Secretaria de Finanças? Perfeito? Tem algum panorama que mudou radicalmente, que tem impactado os IPTU's desse ano? Você sabe?



**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS MAURO FERREIRA ADORNO**

**FILHO:** Tem. Como foi divulgado, a gente foi, no final do ano passado foi feito um georreferenciamento da cidade. E isso gerou algumas mudanças e a gente tá notificando todas as pessoas que foram impactadas. E de qualquer maneira a gente tem um aviso no site também. O aumento nominal foi de 4,18%, que é o INPC do período que é considerado. Quem tiver uma alteração maior do que isso e quem tiver alguma surpresa no valor, a gente tá com uma equipe lá na Tributação das 8 da manhã às 5 da tarde para estar atendendo esse pessoal, tá fazendo explicação, reavaliando qualquer indicação que não tenha sido efetivamente feita, qualquer mudança que não tenha sido feita. Então, o pessoal tá lá, o pessoal da própria empresa que fez o georreferenciamento tá fazendo esse atendimento. Então, a gente tá preparado para qualquer problema que tenha nesse sentido.

**VEREADOR LEANDRO ROGÉRIO AMICI:** Perfeito. Eu quis deixar público porque a gente, nós vereadores recebemos muitas contestações. Basta lançar os carnês que as contestações vêm, porque tem alguns que tiveram aumento de 400%, né? Mas o porquê desses 400%, né?

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS MAURO FERREIRA ADORNO**

**FILHO:** Foi legal você ter levantado esse tema aí, porque realmente as notificações...

**VEREADOR LEANDRO ROGÉRIO AMICI:** Porque a gente mandou uns, a gente mandar, vai mandar os requerimentos, porque a gente quer ter os dados até por uma questão de atualização da legislação, até hoje, até antecipar para vocês que a gente pediu que algumas informações básicas, acho que para evitar tanta dúvida, algumas informações básicas deviam constar nesse carnê. Por exemplo, nós temos uma coisa que impacta muito, né? E eu tava até conversando com Robson hoje, com Valmir aqui, que é, por exemplo, a classificação do imóvel. Um imóvel, né, até citou um exemplo, né, Robson, um imóvel às vezes ele tá lá sem o reboco e de um ano para outro o cara rebocou e pintou. Isso eu tiro o cara de uma condição de classificação que é boa, muitas vezes tô sendo hipotético, para a média, certo? Ou ele fez algum beneficiamento que sai daquela classificação média para algo maior e isso muda substancialmente. Então vai ver o comparativo, por exemplo, entre a entre a boa e o luxo, era uma diferença de quase R\$ 300. Entre a simples e a boa. A simples e a boa. Foi uma diferença de assim entre simples e boa, uma diferença de R\$ 300,00 no metro quadrado. Então assim, isso vai impactar substancialmente, só que o município não sabe, não conhece essa classificação. Então acho que dentro do próprio carnê de IPTU, porque agora não é mais viável a não ser da forma digital, não sei se isso é simples de ser feito, mas poderia ser exposto dentro do cadastro dele mesmo, mesmo que não atualizando o valor, mas apresentar classificação, valor base de metragem, porque ele não sabe quanto foi calculado. Ele sabe a metragem da área construída, metragem do terreno e ele tem um valor final. E muitos não sabem que de acordo com a classificação dele, que ele ter podido feito uma reforma com uma pintura simples, pode elevar um nível e com certeza



e elevar substancialmente. Ah, eu pagava R\$ 1.200,00, eu não construí nada na minha casa. Até uma coisa que a gente viu hoje. Eu pagava R\$ 1.200,00, não construí nada na minha casa, não fiz nenhum telhado, nada. Certo? Eu fiz lá um galinheiro, parece que pequeno, e meu imposto aumentou R\$ 600,00. Então, assim, são dúvidas que a gente tem que colocar que às vezes eu tendo essa base de classificação e também um outro ponto que é muito importante, porque algo que causa muito questionamento, porque o georreferenciamento traz uma nova base que é importante deixar a população específica, que é uma base passiva de contestação. Por que qual é um problema muito grande em todos os municípios? Eu vou construir uma área no fundo do meu quintal. O procedimento correto seria eu contratar um engenheiro, eu pedir uma autorização na prefeitura para a construção, para essa modificação. E a prefeitura sendo notificada por esse projeto, ela já considera e na hora de fazer o novo IPTU, se é uma área, por exemplo, uma garagem, ela vai georreferenciar, vai ver essa garagem, mas não vai cobrar porque ela não pode cobrar por área de garagem. Um exemplo, por área de garagem construída coberta como parte construída de um imóvel, tá lá na legislação. Então ele vai ver a metragem. Agora se ele vê pelo georreferenciamento só um telhado, ele não sabe o que tem embaixo daquele telhado. Então ele acaba, ele fez uma garagem grande, né, pensar na minha casa, 7 por 4,5, correto? É uma área substancial, mas que não entraria na conta se tivesse uma notificação da prefeitura em relação a isso. Então, dizer a população que ele falou que das 8 à 5 estão lá, isso e aquilo para atender, para que a população também venha para fazer as contestações em relação ao que tem. Então, se fez, não é no último ano, faz tempo que não tem georreferenciamento, mas nos últimos anos uma pintura, uma construção de algo que seja simples, já tentar levar parte desse argumento. E muitas vezes vai precisar o quê? Precisar de uma legalização, de fazer o projeto de engenharia ou algo do gênero para justificar essa construção. Então, é muito importante primeiro constar todas as informações, todas as informações que são dados necessários pro cálculo de IPTU tem que estar por questão de transparência no IPTU. Então, na página, certo, de especificação dos dados desse munícipe, tem que tá tudo isso. E eu não acredito que seja difícil, porque você tem que inserir em campos específicos do sistema todas essas informações. Você tem que colocar a classe, o tipo, o número, código desse móvel. Tudo isso tem que ser inserido no sistema para calcular, porque não vai, não é calculado na mão, calculado num sistema. Então, transportar todas essas codificações para ele, assim como colocar uma referência simples, ó, a base de cálculo, ó, o que regulamenta o IPTU de 2026 é o decreto 7000 tralalá, tralalá, tralalá. Tem dúvida? Até no próprio, porque é tudo digital, você pode clicar ali e levar e ele consegue ver todas as informações que lá no próprio no próprio decreto eu tenho todas as ruas, as suas codificações, certo? Eu acho que caberia nós nesse momento, presidente, seria muito mais específico, eficiente, nós gravarmos um vídeo muitas vezes falando sobre esses pontos e como ele pode, né, como ele pode classificar. Até proponho isso se vocês aceitarem, nós enquanto Câmara. Ó, então tem, vamos pensar em algo didático. Nós temos um código, uma classe, um tipo. Se eu tenho essas informações, eu, ele próprio pode calcular. Daí se ele vai questionar se ele mudou do simples pra boa, da boa pro luxo, daí são



outros 500. Mas se eu tenho isso no IPTU, ele sabe o que tá sendo calculado. Ele sabe que a diferença dele morar no Bonanza e no São Pedro, na rua tal e na rua... porque dentro do mesmo bairro muitas vezes tem uma codificação diferente e um valor de metragem de edificação e de terreno diferente, certo? A mudar da rua. Então lá no decreto, tem todas as ruas, todas as codificações, é só ensinar para esse cara calcular. Se ele não consegue, tá lá. E também ele consegue identificar o que mudou. Então, 2025, meu imóvel era de classificação simples, ele mudou para a classificação boa. Então, eu sei que uma das coisas que impactaram o aumento do meu IPTU é essa classificação. Então, eu vou lá contestar, ele já sabe o que ele vai contestar, entendeu? Porque lá tem os valores todos atualizados, corrigidos pelo INPC. Então ele sabe porque muitos colocaram no grupo hoje, né, nos grupos em que a gente está, mas eu não entendi. O reajuste foi de 4,18% e eu tive um reajuste de 30%, né? Daí até coloquei: deve ser pelo georreferenciamento que foi feito, mas é passível de contestação se você tem argumentos. Então assim, eu fui aqui alongado porque acho que é um tema muito importante, sensível da Secretaria de Finanças, né? E que acho que vai ser a maior demanda nos próximos dias, né? Tributo sempre é uma demanda ainda mais quando é mudado esse valor referencial, quando é mudado num percentual de 10% já impacta de 40, 50, 300, 400% é algo que é ainda mais substancial.

**VICE-PRESIDENTE VALMIR LUCINEI GIACOMAZZI:** É importante o que Mauro falou também que já tem uma equipe pronta para atender, né, Mauro? Isso aí é importante passar para a população.

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS MAURO FERREIRA ADORNO FILHO:** Eu acho que as sugestões são bem-vindas. Acho que vocês têm razão. Acho que quanto mais informação a população melhor é. Ainda mais a gente sabe que a população realmente não entende muito desse assunto. Ninguém vai atrás para saber, só olha o preço ali e se incomoda a hora que vê o preço. Mas é importante dizer também, acho que para deixar claro para todos que todas essas informações que vocês passaram, não, nada mudou, né? Ninguém mudou nenhuma informação dessa. A única coisa que foi feito foi um georreferenciamento, porque já faz 12 anos que não era feito isso. E acho que é justo para todo mundo que seja atualizado.

**VEREADOR LEANDRO ROGÉRIO AMICI:** Já que não se vai mudar a planta genérica, pelo menos que se atualize o georreferenciamento.

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS MAURO FERREIRA ADORNO FILHO:** Exatamente.

**VEREADOR LEANDRO ROGÉRIO AMICI:** Eu acho isso importante, mas quanto mais clareza a gente der, até ensinar que essa é uma função também do poder público, Executivo e Legislativo, é ensinar as pessoas a entenderem seus próprios direitos e seus próprios deveres. Então, é uma função que tá aqui, não pode ser inócua do poder público em levar essa clareza, porque grande parte



das pessoas não entende a base de cálculo. Ele tem que ter uma noção básica de como apenas interpretar a lei. Ou, por exemplo, o que leva essa lei. Hoje, por exemplo, lá no próprio decreto, tem a citação de um outro instrumento legal, um outro 4.222, acho que é isso, né, Robson? Acho que era, é, mas acho que era mais ou menos isso, de 2008. Nós não temos isso para ele consultar, certo? Daí nós, como tem tudo guardado aqui em papel, nós fomos pegar as pastas e achamos na Imprensa Oficial de 2008 esse elemento para nós entendermos as classificações, que é até uma um instrumento que é passivo de atualização, porque alguns conceitos não são abordados, outros elementos ainda estão meio confusos. Mas se nós que trabalhamos no Poder Legislativo às vezes temos essa dificuldade, o munícipe, a pessoa comum, e comum quando eu falo, não é porque ele saiba menos ou possa menos, é que ele tá com menor trato nesse dia a dia, ele tem esse entendimento mais dificultado. Então acho que cabe a nós em conjunto levar essa clareza. Pode ser que ele não entenda como fazer, não consiga como fazer, mas pelo menos ele compreenda que existe “n” condições. Ali você tem uma tabela com 200 códigos, certo? Quer dizer, eu tenho ali uma centena de valores diferentes para cada rua. Ou seja, você que mora na rua, na Avenida Arrastão, não tem o IPTU muitas vezes calculado, como eu que moro na Rua Francisco da Costa, que é uma rua para baixo, certo? Estando no mesmo bairro, às vezes morando num prédio com a mesma tipificação, porque daí se é casa, se é sobrado, se é prédio, se é comércio, tem classificações diferentes. Acho que isso é importante. Então, eu queria, eu tinha que falar sobre isso hoje, que é algo atual, mas que impacta nesse processo todo do ano aí, né? E gera muito problema para prefeitura, porque gera uma demanda tão grande que podia ser minimizada com explicações mais claras e essa clareza em relação aos fatos do que tá sendo feito, né? Mas agradeço. Obrigado.

**VICE-PRESIDENTE VALMIR LUCINEI GIACOMAZZI:** Só uma do Concilia lá, Mauro. Já tem algum resultado positivo?

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS MAURO FERREIRA ADORNO FILHO:** O Concilia hoje, ô Valmir, ele é administrado pela PGM, tá? Então assim, eu não sei realmente se eles fizeram algum estudo sobre o resultado disso, que a administração tá inteira a cargo deles. OK?

### Atas\_da\_Comissoes\_N\_\_0004\_2026.pdf

Hash do documento original (SHA256):  
b82b58be0745cbdba0beb6605588095a72d95274b97ad0468d97de9f1bb0db1d



### Assinaturas

✓ Lauro Paladini Neto Assinou	✓ Silvio Gabriel Freitas Assinou
✓ Valmir Lucinei Giacomazzi Assinou	

### LOG

- 02 de março de 2026, 16:22:36 Operador com email camara@tiete.sp.leg.br criou este documento.
- 02 de março de 2026, 16:22:36 Operador com email camara@tiete.sp.leg.br adicionou à Lista de Assinatura: Lauro Paladini Neto, para assinar, com os pontos de autenticação: email (via token); whatsapp (via token); endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: e-mail lau\*\*\*\*\*ini@tie\*\*\*\*\*.br celular (15) 99\*\*\*\_\*\*75 e CPF 34\*\*\*\*\*35.
- 02 de março de 2026, 16:22:37 Operador com email camara@tiete.sp.leg.br adicionou à Lista de Assinatura: Silvio Gabriel Freitas, para assinar, com os pontos de autenticação: email (via token); whatsapp (via token); endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: e-mail sil\*\*\*\*\*tas@tie\*\*\*\*\*.br celular (15) 99\*\*\*\_\*\*07 e CPF 02\*\*\*\*\*70.
- 02 de março de 2026, 16:22:38 Operador com email camara@tiete.sp.leg.br adicionou à Lista de Assinatura: Valmir Lucinei Giacomazzi, para assinar, com os pontos de autenticação: email (via token); whatsapp (via token); endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: e-mail val\*\*\*\*\*zzi@tie\*\*\*\*\*.br celular (15) 99\*\*\*\_\*\*30 e CPF 14\*\*\*\*\*71.
- 02 de março de 2026, 16:23:32 Lauro Paladini Neto assinou. Pontos de autenticação: email lau\*\*\*\*\*ini@tie\*\*\*\*\*.br (via token). CPF informado: 34\*\*\*\*\*35. IP: 189.\*\*.\*\*\*.35 BROWSER: Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 26\_3 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/26.3 Mobile/15E148 Safari/604.1 [WAIOS/2.26.7]. Componente de assinatura versão 1.0.0 disponibilizado em https://assinador.wls.com.br.
- 02 de março de 2026, 16:24:10 Valmir Lucinei Giacomazzi assinou. Pontos de autenticação: email val\*\*\*\*\*zzi@tie\*\*\*\*\*.br (via token). CPF informado: 14\*\*\*\*\*71. IP: 201.\*\*.\*\*\*.201 BROWSER: Mozilla/5.0 (Linux; Android 14; SM-A736B Build/UP1A.231005.007; ) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Version/4.0 Chrome/145.0.7632.79 Mobile Safari/537.36 WA4A/2.26.7.75. Componente de assinatura versão 1.0.0 disponibilizado em https://assinador.wls.com.br.
- 02 de março de 2026, 16:28:49 Silvio Gabriel Freitas assinou. Pontos de autenticação: email sil\*\*\*\*\*tas@tie\*\*\*\*\*.br (via token). CPF informado: 02\*\*\*\*\*70. IP: 201.\*\*.\*\*\*.77 BROWSER: Mozilla/5.0 (Linux; Android 11; moto g(20) Build/RTAS31.68-66-3; ) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Version/4.0 Chrome/145.0.7632.79 Mobile Safari/537.36 WA4A/2.26.7.75. Componente de assinatura versão 1.0.0 disponibilizado em https://assinador.wls.com.br.